



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
REFERÊNCIA – EXERCÍCIO FINANCEIRO
DE 2018

ITAITUBA (PA), 16 DE MARÇO DE 2018



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

Sumário:

- 1 - Da Introdução do Relatório;
- 2 – Da Abordagem do Relatório;
- 3 – Do Controle da Execução Orçamentária da Receita e da Despesa;
 - 3.1 – Da Rceita Orçamentária Prevista;
 - 3.2 – Da despesa fixada Orçamentária para o Exercício
 - 3.3 – Da Receita Efetivamente Arrecadada;
- 4 – Da Execução da Receita Confrontada com a Receita Prevista na LDO e da Despesa Realizada em 2108;
 - 3.5 – Da Receita Orçamentária, Despesa Orçamentária e Resultados Financeiros e Patrimoniais do Governo;
 - 3.5.1 – Da Despeas por Unidade Orçamentária e Seus Créditos Suplementares;
 - 3.5.2 – Da Despesa Efetivamente Empenhada por Categoria Econômica;
 - 3.5.3 – Da receiata arrecadada Confrontada com a Despesa Realizada;
 - 3.5.4 – Do Comparativo da Despesa Empenhada, Liquidada, Paga e a Pagar com a Receita Realizada;
 - 3.5.5 – Do Resultado Primário do Exercício;
 - 3.5.6 – Do Resultado Nominal do Exercício;
 - 3.5.7 – Dos Créditos Adicionais Suplementares e suas Reduções;
 - 3.5.8 - Da Reserva de Contingência;
 - 3.5.9 – Das Informações Quanto à destinação dos Recursos da Alienação de Ativos;
 - 3.5.10 – Da Avaliação sobre as Providências por Parte da Gestão Diante de Danos ao Erário;
 - 3.5.11 - Da Execução Financeira do Exercício;
 - 3.5.12 – Do Detalhamento dos Restos a Pagar;
 - 3.5.13 – Do Passivo Circulante;
 - 3.5.15 – Do Resultado Patrimonial do Exercício;
 - 3.5.16 – Do Balanço Patrimonial do Exercício;
- 4 – Do Controle Financeiro – Rotina dos Pagmentos;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

- 5 – Dos Créditos – Dívida Ativa de Impostos do Governo;
- 6 – Dos Adiantamentos /Suprimento de Fundos;
- 7 – Da Aplicação em Saúde – LC 141/2012;
- 8 – Da Aplicação em Educação – Art. 212 da CF/88;
- 9 – Da Arrecadação e Aplicação dos Recursos do FUNDEB;
- 10 – Dos gastos com Pessoal do Poder Legislativo e Executivo;
- 11 – Do Demonstrativo de Quantitativo e Despesa Com Pessoal Ativo e Inativo dos Poderes;
- 12 – Das Licitações, Contratos e Termos aditivos;
- 13 – Da Comissão de Licitação e Equipe de Pregoeiro;
- 14 – Da Relação de Obras Executadas Durante o Exercício;
- 15 – Da Transferência da Quota Constitucional a Câmara Municipal;
- 16 – Da Realização da Frota de Veículos e Máquinas;
- 17 – Do Imobilizado (Bens de Natureza Permanente);
- 18 – Das Audiências públicas Realizadas pelo Governo;
- 19 – Das Recomendações da Controladoria Interna do Poder Executivo;
- 20 – Da Conclusão.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO COMPETÊNCIA
EXERCÍCIO DE DE 2018

1. DA INTRODUÇÃO DO RELATÓRIO

Em atendimento à legislação vigente, em especial a legislação que rege o Controle Interno do Município, artigos 75 a 82 da Lei 4.320/64, Decreto Lei nº 200/67, artigos 37, 42, 74 e 165 da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município de Itaituba e Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (LC nº 084/2012) e demais legislações correlatas, apresentamos o Relatório do exercício de 2018 do Controle Interno, elaborado com observação aos Relatórios Setorizados recebidos por este órgão de Controle Interno da Administração Pública Municipal, o qual encaminhou ao Prefeito Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Este Relatório tem como objetivo fundamental levar ao conhecimento das autoridades competentes, do controle externo e da sociedade em geral, informações adicionais de forma simplificada da Ação Governamental programadas para o exercício de 2018, a partir da execução do orçamento e da avaliação da gestão administrativa, nos seus aspectos contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional.

Assim, ao mesmo tempo em que demonstra as ações do governo em termos físico-financeiro, pode se constituir num instrumento auxiliar em nível gerencial a fim de conduzir a gestão Pública Municipal, tornando-a, essencialmente, voltada para o atendimento dos interesses coletivos.

Esta Controladoria para melhor subsidiar seus trabalhos de análise, urgiu encaminhar expediente ao Secretário Municipal de Administração que solicitou relatórios e informações necessárias a conclusão deste relatório.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

2. DA ABORDAGEM DO RELATÓRIO

O presente relatório, consiste no controle da execução orçamentária, patrimonial, financeira e operacional e outros necessários ao acompanhamento efetivo da Administração Pública Municipal em seus mais diversos níveis.

O conteúdo constante do presente relatório consiste no atendimento à legislação vigente, com suporte documental analítico de posse deste setor de Controle Interno, que terão os seguintes objetivos:

- 1 - Garantir a veracidade das informações e relatórios contábeis financeiros e operacionais;
- 2 - Prevenir erros e irregularidades e, em caso de ocorrência destes, possibilitar descobri-los o mais rapidamente possível;
- 3 - Localizar erros e desperdícios promovendo ao mesmo tempo a uniformidade e a correção ao registrarem-se as operações;
- 4 - Salvar os ativos e, de modo geral, obter-se um controle eficiente sobre todos os aspectos operacionais da entidade.

3. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA da RECEITA e da DESPESA:

3.1 Da Receita Orçamentária Prevista

Para o exercício financeiro de 2018 a Receita foi estimada e a despesa fixada, pela Lei Municipal nº 3.140/2017, no valor de **R\$ 297.919.200,00 (Duzentos e noventa e sete milhões, novecentos e dezenove mil cento e duzentos reais)**, assim compostas:

Receitas Correntes: R\$ 242.712.400,00 (Duzentos e quarenta e dois milhões, setecentos e doze mil e quatrocentos reais);

Receitas de Capital: R\$ 55.206.800,00 (Cinquenta e cinco milhões duzentos e seis mil e oitocentos reais);



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

3.2 Da Despesa Orçamentária Fixada do Exercício:

A despesa fixada para o exercício no mesmo valor da receita, sendo:

Despesas Correntes: R\$ 204.981.912,89 (Duzentos e trinta e quatro milhões, novecentos e oitenta e um mil, novecentos e doze reais e oitenta e nove centavos);

Despesas Capitais: R\$ 87.487.800,00 (Oitenta e sete milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e oitocentos reais), a Reserva de Contingência na ordem de R\$ 5.449.487,11 (Cinco milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e onze centavos).

4. DA RECEITA ARRECADADA CONFRONTADA COM RECEITA PREVISTA NA LDO E A DESPESA REALIZADA

A Receita Orçamentária por Categoria Econômica de **2018** está assim representada:

RELATÓRIO DA RECEITA ARRECADADA		
ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	EXERCÍCIO DE 2018	% DE ARRECADAÇÃO
Receita Correntes	239.192.813,34	94,00
Receitas Tributárias	34.597.534,35	13,60
Rec. de Contribuições	8.429.903,75	3,31
Rec. Patrimonial	3.787.997,06	1,49
Receitas de Serviços	821.362,36	0,32
Transf. Correntes	206.174.371,88	81,02
Outras Rec. Correntes	101.802,98	0,04
(-) Receitas Retificadoras FUNDEB	14.720.159,04	
Receita de Capital	15.275.236,77	6,00
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	254.468.050,11	100,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

4.1 - Da Análise da Receita Prevista na LDO com a Receita Realizada e a Frustração

Período	Prevista na LDO (R\$)	Realizada no Exercício (R\$)	Diferença (R\$)
2018	279.046.342,50	254.468.050,11	24.578.292,39

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Receita total prevista na LDO (Lei nº 3.064/2017) para 2018 a preços constantes foi de **R\$ 279.046.342,50 (Duzentos e setenta e nove milhões, quarenta e seis mil trezentos e quarenta e dois reais cinquenta centavos)** e no período em questão foram efetivamente arrecadadas apenas a **R\$ 254.468.050,11 (Duzentos e cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil cinquenta reais e onze centavos)**, logo se constata uma frustração de receita da ordem de **R\$ 24.578.292,39 (Vinte e quatro Milhões, quinhentos e setenta e oito mil duzentos e noventa e dois reais e oitenta e trinta nove centavos)**, a referida frustração de receita em relação à previsão na LDO, deve-se à superavaliação da previsão de receita e a não realização de receitas de convênios previstos na própria LDO, bem como por conta da crise econômica que permaneceu durante o exercício em questão que provocou a redução dos repasses de receita do exercício.

4.2 - Da Receita Arrecdada Confrontada Com a Despesa Realizada

Receita Arrecadada	Despesa Realizada	Déficit Orçamentário do Exercício
254.468.050,11	278.708.100,42	24.240.050,31
Receita Confrontada com Despesas Liquidadas que Geram Obrigação Pagamento		
254.468.050,11	254.509.088,19	(41.038.08)

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Então analisando os dados acima, verifica-se que o governo realizou despesas ligeiramente acima do montante arrecadado, considerando o total de despesas liquidadas que gera para o governo a obrigação de pagamento. Conclui-se assim que houve a preocupação com o equilíbrio financeiro por parte do Governo.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

5 – DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Da despesa Orçamentária e os Créditos Suplementares

A despesa orçamentária no exercício foi da ordem de **R\$ 278.708.100,42 (Duzentos e setenta e oito milhões, setecentos e oito mil cem reais e quarenta e dois centavos)**, provocando uma economia orçamentária no exercício de **R\$ 19.211.099,58 (Dezenove milhões, duzentos e onze mil, noventa e nove reais e cinquenta e oito centavos)**. O que nos levou a concluir que o orçamento para o exercício de 2018 foi ligeiramente superavaliado, no que concerne a previsão de receitas com convênio.

Os créditos orçamentários autorizados pelo Poder Legislativo foram da ordem de **R\$ 297.919.200,00 (Duzentos e noventa e sete milhões, novecentos e dezenove mil cento e duzentos reais)**, tendo em vista que foram abertos créditos suplementares e especiais por anulação de dotação, da ordem de **R\$ 123.154.384,26 (cento e vinte três milhões, cento e cinquenta mil, trezentos e oitenta e quatro reais e vinte e seis centavos)**, e redução no mesmo valor.

5.2 - Da Despesa Efetivamente Epenhada Por Categorai Econômica e Percentual de Realização.

A despesa efetivamente realizada por categoria econômica ficou assim demonstrada:

DESPESAS REALIZADAS EM 2018		
ESPECIFICAÇÃO DAS DESPESAS	EXERCÍCIO DE 2017	% DE REALIZAÇÃO
Receita Corrente	223.870.285,19	80,32
Pessoal e Encargos Sociais	149.591.525,37	53,67
Outras despesas correntes	74.278.759,82	26,65
Despesa de Capital	54.837.815,23	19,68
Investimentos	49.478.235,23	17,75
Inversões Financeiras	290.000,00	0,10
Amortização da Dívida	5.069.580,00	1,82
TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	278.708.100,42	100,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

5.3 – Da Receita arrecadada confrontada com as despesa Empenhada, liquidada, paga e Liquidada a Pagar.

Receita Arrecadada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Despesa a Liquidar	Despesa Liquidada a Pagar
254.468.050,11	278.708.100,42	254.509.088,19	243.829.077,12	24.199.012,23	10.680.011,07

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Como se observa no quadro acima, o governo cumpriu com o equilíbrio orçamentário e financeiro. O volume elevado de empenhos provem de contratos à longo prazo vinculados obras de convênios com o Governo federal.

Por outro lado, o planejamento governamental é de responsabilidade institucional do Poder Executivo Municipal e tem como objetivo principal controlar os programas e projetos, em consonância com as diretrizes do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), com acompanhamento da execução orçamentária através da avaliação periódica por este Órgão de Controle Interno.

Quanto ao acompanhamento das metas propostas no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual – LOA verificou-se que algumas já foram executadas parcialmente em 2018, outras ainda não foram realizadas no exercício, enquanto que as demais deverão ser contempladas nos exercícios subsequentes à medida que houver disponibilidade de recursos de forma gradativa.

5.4 – Da Despesa Autorizada e o Limite Autorizado pelo Legislativo.

A abertura de créditos adicionais suplementares para reforço de dotações orçamentárias se deu em conformidade com a prescrição legal, respeitado o limite autorizado na LOA (Lei nº 3.140/2017), correspondendo a 40,62%, do total do orçamento, portanto, abaixo do limite de 50% autorizado pelo poder Legislativo (Lei nº 3.140/2017). O crédito especial foi autorizado através da nº 3.192/2018, e o resultado está refletido no demonstrativo abaixo:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

Despesa fixada na LOA	297.919.200,00
Créditos suplementares	121.033.384,26
Creditos Especiais	2.121.000,00
Sub Total	421.073.584,26
Créditos anulados	123.154.384,26
Total de Créditos Autorizados	297.919.200,00
<i>FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</i>	

5.5 - Da Reserva de Contingência e sua Utilização.

Não ocorreu, no Município de Itaituba, nenhum fato relacionado a risco fiscal ou passivo contingente. Portanto, a reserva de contingência, no valor de **R\$ 5.449.487,11 (Cinco milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e onze centavos)**, foi utilizada como fonte de recurso para a abertura de créditos adicionais das dotações vinculadas ao pagamento da dívida pública, permitido por lei.

6. DO RESULTADO PRIMÁRIO E RESULTADO NOMINAL

6.1 – Do Resultado Primário

O resultado primário fixado na LDO para o exercício de 2018 a preços constants, foi da ordem de **R\$ 1.230.897,56 (Um milhão, duzentos e trinta mil, oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e seis centavos)** positivo, no entanto, o resultado no final do exercício, foi da ordem de **R\$ 15.051.869,00 (Quinze milhões, cinquenta e um mil e oitocentos e sessenta e nove reais)** positivos, demonstrando equilíbrio financeiro do governo.

Para melhor esclarecimento segue o demonstrativo que mostra a composição dos dados acima informados:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO ANEXO VI (LRF ART. 53, III)		
Especificação	Até o Bimestre (R\$)	Até o Bimestre Anterior (R\$)
Receitas Primárias (a)	253.827.717,23	208.058.272,03
Despesas Primárias (b)	238.775.848,23	183.715.543,13
Resultado Primário (c) = (a)-(b)	15.051869,00	24.342.728,90

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.2 - Do Resultado Nominal

O Resultado Nominal do exercício está refletido no demonstrativo abaixo:

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL - ANEXO V (LRF ART.53, III)			
Saldos	Em 31/12/2017 - R\$ (a)	Em SET/2018 a OUT/2018- R\$ (b)	Em NOV/2018 a DEZ/2018-R\$ (c)
Dívida fiscal Consolidada	191.310.851,78	194.314.967,05	193.559.840,17
Deduções	5.212.187,89	21.030.050,22	3.978.038,90
Disponibilidade de caixa	3.908.867,15	21.030.050,22	3.978.038,90
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.786.039,58	21.030.050,22	15.435.858,96
Restos a pagar	7.877.172,43	21.807.895,03	11.457.820,06
Demais haveres financeiros	1.303.320,74	777.844,81	3.978.038,90
Dívida Fiscal Consolidada Líquida	186.098.663,89	173.284.916,83	189.581.801,27
Passivos Reconhecidos	143.211.578,01	143.211.578,01	143.211.578,01
Dívida Fiscal Líquida	48.099.273,77	173.284.916,83	189.581.801,27
		No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
Resultado Nominal Abaixo da Linha		16.296.884,34	141.482.527,50

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base nas informações acima evidenciadas vislumbram um resultado nominal positivo da ordem de **R\$ 141.482.527,50** (Cento e quarenta e um milhões,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

quatrocentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte e sete reais e trinta e cinquenta centavos), que corresponde à necessidade de financiamento do Setor Público (NFSP), para garantir a amortização da dívida pública do governo para o próximo ano.

7. DAS INFORMAÇÕES QUANTO À DESTINAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.

No decorrer do exercício não houve arrecadação proveniente de alienação de ativos da Prefeitura de Itaituba.

8. DAS AVALIAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA GESTÃO DIANTE DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO

No decorrer do exercício de 2018, no Município de Itaituba, não houve ocorrência de danos ao patrimônio público Municipal que tenha sido detectado por esse órgão de controle ou que chegasse ao conhecimento deste Controle Interno.

9. DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO – BALANÇO FINANCEIRO ANEXO XIII DA LEI Nº 4.320/64

À execução financeira consolidada do exercício de 2018 está demonstrada conforme planilha resumida abaixo:

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2018			
RECEITAS	VALORES	DESPESAS	VALORES
Receita Orçamentária	254.468.050,11	Despesas Orçamentárias	278.708.100,42
Restos a pagar	34.879.023,30	Despesas Extras Orçamentárias (RP)	9.167.588,41
Receita Extra Orçamentária	39.843.266,17	Outras Despesas Extras Orçamentárias	37.664.831,37
Interferências Financeiras Ativas	6.647.836,61	Interferências Fin. Passivas (Repasse a Câmara)	6.647.836,61



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

Sub Total	335.838.176,19	Sub Total	
Saldo do Exercício Anterior	11.785.844,97	Saldo para Exercício Seguinte	15.435.858,96
Total Geral	347.624.215,77	Total Geral	347.624.215,77
<i>FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA</i>			

10. DO DETALHAMENTO DOS RESTOS A PAGAR COM AS DISPONIBILIDADES FINANCEIRA:

Os restos a pagar inscritos no exercício, estão assim demonstrados:

- 1) Restos a pagar processados acumulados até 31/12/2018 é da ordem de **R\$ 10.680.011,07 (Dez milhões, seiscientos e oitenta mil, onze reais e sete centavos)**.
- 2) Os restos a pagar não processados acumulados até o encerramento do exercício e da ordem de **R\$ 26.199.012,23 (Vinte e seis milhões, cento e noventa e nove mil, doze reais e vinte e três centavos)**, este último não gera obrigação de pagamento para o governo.
- 3) As disponibilidades financeiras do poder executivo no final do exercício são da ordem de **R\$ 15.435.858,96 (Quinze milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil oitocentos e cinquenta e oito reais e noventa e seis centavos)**, portanto, suficiente para arcar com o total de restos a pagar processados e acumulados até o final do exercício financeiro de 2018.

11. DO PASSIVO CIRCULANTE

O total da dívida fluante, excluídos os restos a pagar processados e não processados totalizaram até o final do exercício **R\$ 47.922.981,02 (Quarenta e sete milhões, novecentos e vinte e dois mil, novecentos e oitenta e um reais e dois centavos)**.

12. DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante, formada pela dívida fundada interna por contrato com a previdência (RGPS) e Dívida com PASEP corrigidas até o final do exercício totalizaram **R\$ 193.533.336,22 (Cento e noventa e três milhões, quinhentos e trinta três mil, trezentos e trinta e seis reais e vinte e dois centavos)**.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

13. DA DÍVIDA LÍQUIDA DO GOVERNO

A dívida líquida do governo é da ordem de **R\$ 189.581.801,27 (Cento e oitenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e um mil, oitocentos e um reais e vinte e sete centavos)**, já descontadas as disponibilidades financeiras.

14. DO RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO (ANEXO XV DA LEI N° 4.320/64)

O resultado patrimonial do exercício em apreço está refletido no demonstrativo abaixo:

DEMONSTARÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAS DE 2018 – ANEXO XV DA LEI N° 4.320/64			
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	VALORES	VARIAÇÃO PATRIMONIAIS DIMINUITIVAS	VALORES
Impostos e Taxas e Contribuições de Melhorias	254.468.050,11	Pessoal, Enacrgso e outras Resultante da Execução Orçamentária	278.708.100,42
Variações Patrimoniais Aumentativas (bens)	33.177.338,08	Variações Patrimoniais Diminuitivas fianceiras	1.360.304,35
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas (Incorporação de bens)	44.320.071,58	Incorporação de Passivos (Multas e Juros Moratórios)	2.515.957,69
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	331.965.459,77	TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUITIVAS	282.584.362,46
Resultado Patrimonial do Período			49.381.097,31

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

O resultado patrimonial do exercício é positivo, da ordem de **R\$ 49.381.097,31** (Quarenta e nove milhões, trezentos e oitenta e um mil, noventa e sete reais e trinta e um centavos), significa dizer que o governo agiu com bastante prudência no que tange ao controle financeiro do Município.

15. DO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO (ANEXO XVI DA LEI Nº 4.320/64)

O balanço patrimonial do exercício em referência está demonstrado resumidamente no demonstrativo abaixo:

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2018 – ANEXO XIV DA LEI Nº 4.320/64			
ATIVO	VALORES	PASSIVO	VALORES
Total do Ativo Circulante	18.322.327,82	Passivo Circulante	47.922.981,02
Disponível (Caixa e Equivalentes)	15.435.858,96	Obrigações Diversas a Curto Prazo	47.922.981,02
Créditos Diversos a Curto Prazo (Diversos Responsáveis)	2.886.468,86	Passivo Não Circulante	193.533.336,22
Ativo Não Circulante	104.679.860,82	Demais obrigações Diversas (Divida com RFB e PGFN)	193.533.336,22
Créditos (Dívida Ativa do Governo)	61.849.791,24		
Estoques	324.075,00		
Imobilizado (Bens Móveis e Imóveis)	42.505.994,58		
Total do Ativo	123.002.188,64	Total do passivo	241.456.317,24
Patrimônio Líquido	118.435.128,60		
Resultados Acumulados	118.424.128,60		
Total Ativo	241.456.317,24	Total do Passivo	241.456.317,24

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

Portanto, conforme demonstrado no relatório acima o resultado patrimonial do Governo por conta do passivo bastante elevado se apresenta negativo na monta de **R\$ 118.424.128, 60 (Cento e dezoito milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, cento e vinte e oito reais e sessenta centavos)** em razão da dívida reconhecida constituída ao longo da existência do Município, em especial com a Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Diante dos fatos, o Governo Municipal deve dar uma atenção especial, no sentido de realizar planejamento permenorizado para promover à amortização da dívida e, não constituir novas dívidas, comortamento este, que foi observado pelo governo em 2018, tendo em vista, ter apresentado resultado positivo vide anexo XV ao norte.

16. DA AVALIAÇÃO E CONTROLE FINANCEIRO DE PAGAMENTOS DO GOVERNO:

- Os pagamentos são feitos exclusivamente, em cheques e/ou transferência eletrônica;
- Os pagamentos são feitos obedecendo à ordem cronológica, previamente estabelecida;
- Os cheques são emitidos com cópias e nominativos;
- Os pagamentos por meio eletrônico são devidamente comprovados;
- Antes de efetuar o empenho é conferida para liquidação e autorização;
- Os recursos financeiros destinados a Câmara Municipal são contabilizados Como Transferências a Unidades Gestoras Externas;
- Os documentos da despesa são arquivados separadamente, por movimento em conta corrente e movimentação financeira, bem como por unidade orçamentária do governo.

17. DOS CRÉDITOS DA FAZENDA MUNICIPAL (DÍVIDA ATIVA)

Quanto à Dívida Ativa, apresentamos a situação no quadro a seguir com valores nominais:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

EXERCÍCIO DE 2017	SALDO DE 2018 - R\$ (a)	VALOR LANÇADO/INSCRITO NO ULTIMO BIMESTRE DE 2018 - R\$ (b)	VALOR RECEBIDO OU CANCELADO (c)	SALDO DA DÍVIDA ATIVA EM 2018 - R\$ (a+b-c=d)
Saldo em 31/12/2017	20.879.133,01	42.330.962,58	1.360.304,35	61.849.791,24

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O saldo da Dívida Ativa do **Exercício Anterior (2017)** foi de **R\$ 20.879.133,01 (Vinte milhões, oitocentos e e setentae nove mil, cento e trinta e três reais e um centavo)**. Foi inscrito até o final do exercício de 2018 o montante de **R\$ 42.330.962,58 (Quarenta e dois milhões, trezentos e trinta mil, novecentos e sessenta e dois reais e um cinquenta e oito centavos)**. O Governo conseguiu recuperar durante o exercício a monta de **R\$ 1.360.304,35 (Um milhão, trezentos e sessenta mil, trezentos e quatro reais e trinta e quatro centavos)**, restando um saldo de crédito em favor da fazenda pública da ordem de **R\$ 61.849.791,24 (Sessenta e um milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, setecentos e noventa e um reais e vinte e quatro centavos)**.

18. DOS ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDO

Os suprimentos de fundos só são feitos para servidores devidamente cadastrados, e as prestações de contas são realizadas no mês subsequente ao adiantamento. As prestações de contas são submetidas ao departamento financeiro para análise e aprovação, após aprovadas é que o servidor pode se habilitar para receber novo suprimento, conforme regra estabelecida na Lei de Suprimentos do Município.

19. DA APLICAÇÃO EM SAÚDE – CUMPRIMENTO DO ART. 77, III, DA CF E LC 141/2012.

O demonstrativo abaixo evidencia a aplicação dos recursos em Saúde durante o exercício:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE		
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018		
CUMPRIMENTO DO ART. 77, III DO ADCT E LC 141/2012 DA CF/88		
DESCRIÇÃO	VALOR	(%)
RECEITA PRÓPRIA DO MUNICÍPIO	31.088.939,18	29,70
Receitas de Impostos	31.088.939,18	
TRANSFERENCIAS DO GOVERNO FEDERAL	32.583.324,60	31,12
F.P.M.	32.148.194,38	
LC Nº 55/2007 E 84/2014	-	
I.T.R.	162.169,22	
ICMS DESONERAÇÃO.	272.961,00	
IOF DO OURO	-	
TRANSFERENCIAS DO GOVERNO ESTADUAL	41.017.470,74	39,18
IPVA.	4.182.026,80	
ICMS.	35.753.662,10	
IPI-EXPORTAÇÃO.	1.081.781,84	
TOTAL DOS IMPOSTOS E TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	104.689.734,52	100,00
(+) 15% DESTINADO A SAÚDE	15.703.460,18	
(+) TOTAL DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	24.416.688,47	
PROGRAMAS DE SAÚDE GOVERNO FEDERAL	21.571.251,79	
PROGRAMAS DE SAÚDE GOVERNO ESTADO CONTRA PARTIDA	709.538,30	
(+) RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	98.998,38	
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE GOVERNO FEDERAL INVESTIMENTO	2.036.900,00	
(=) TOTAL DE RECURSOS DE RECURSOS DESTINADO A SAÚDE	40.120.148,65	
VALOR APLICADO NA FUNÇÃO SAÚDE (PELO VALOR LIQUIDADO)	41.665.146,50	
<u>DESPESAS EXCLUÍDAS</u>	24.416.688,47	
(-) RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	24.416.688,47	
(=) VALOR BRUTO APLICADO NA SAÚDE	17.248.458,03	16,48
(-) RESTOS A PAGAR SEM DISPONIB. FINANCEIRA	-	
(=) VALOR APLICADO NA SAÚDE	17.248.458,03	16,48
<i>FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS</i>		
RESTOS A PAGAR DE 2018	2.431.543,09	
DISPONIBILIDADE FIANCEIRA	7.423.888,21	
RESTOS A PAGAR ABAIXO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	(4.992.345,12)	
ITAITUBA (PA), 31 DE DEZEMBRO DE 2018		
LC Nº 141/2012 (Regulamenta o § 3º do art. 198 DA CF/88)		
Art. 7º. Os Municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos mpostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b”, do cáput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.		

Conforme demonstrado acima, o Governo cumpriu com o mandamento Constitucional do exercício de 2018, foi aplicado nas ações e serviços públicos em saúde a



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

monta de R\$ 17.248.458,03 (Dezessete milhões, duzentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e três centavos), correspondendo a 16,48%, da receita de impostos e transferências do exercício.

20. DA APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – (ART. 212 C.F/88).

O demonstraivo abaixo mostra em detalhes os recursos e a aplicação na manutenção e desenvolvimento do Ensino vejamos:

RECURSOS DESTINADOS A EDUCAÇÃO		
EXERCÍCIO DE 2018		
CUMPRIMENTO DO ARTIGO 212 DA CF/88		
DESCRIÇÃO	VALOR	(%)
IMPOSTOS	31.088.939,18	
F.P.M.	32.148.194,38	
LC Nº 55/2007 E 84/2014	2.820.888,81	
I.T.R.	162.169,22	
ICMS DESONERAÇÃO LC 87/96	272.961,00	
IOF DO OURO	3.783.810,56	
I.P.V.A.	4.182.026,80	
I.C.M.S.	35.753.662,10	
IPI-EXPORTAÇÃO	1.081.781,84	
TOTAL DOS IMPOSTOS E TRANSFERÊNC. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	111.294.433,89	
(+) (25%) PARA EDUCAÇÃO	27.823.608,47	
(+) RECURSO DE APLICAÇÃO DO FUNDEB	84.941,03	
(+) COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB	73.827.895,31	
(+) RECURSO DE APLICAÇÃO DO MDE	37.147,37	
(=) TRANSFERENCIAS DE PROGRAMAS E CONVÊNIOS	6.634.904,03	
(+) P.D.D.E.	10.160,00	
(+) P.N.A.E.	3.108.724,00	
(+) PNATE FNDE.	274.290,18	
(+) SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.046.547,86	
(+) OUTROS PROGRAMAS VINCULADOS AO ENSINO-FNDE	508.306,99	
(+) CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADOS À EDUCAÇÃO	280.000,00	
(+) CONVÊNIOS DO ESTADO DESTINADOS À EDUCAÇÃO	-	
(+) CONVÊNIOS DO ESTADO DESTINADOS À EDUCAÇÃO (PNATE)	406.875,00	
(=) TOTAL DOS RECURSOS DA EDUCAÇÃO	108.408.496,21	
VALOR APLICADO NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO (LIQUIDADO)	109.907.841,70	
<u>DESPESAS EXCLUÍDAS</u>	80.895.929,18	



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

(-) VALOR APLICADO NO ENSINO MÉDIO	311.041,44	
(-) RECURSO DE APLICAÇÃO DO FUNDEB	84.941,03	
(-) COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB	73.827.895,31	
(-) RECURSO DE APLICAÇÃO DO MDE	37.147,37	
(-) P.D.D.E.	10.160,00	
(-) P.N.A.E.	3.108.724,00	
(-) PNATE FNDE	274.290,18	
(-) SALÁRIO EDUCAÇÃO.	2.046.547,86	
(-) OUTROS PROGRAMAS VINCULADOS AO ENSINO-FNDE	508.306,99	
(-) CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADOS À EDUCAÇÃO	280.000,00	
(-) CONVÊNIOS DO ESTADO DESTINADOS À EDUCAÇÃO	-	
(-) CONVÊNIOS DO ESTADO DESTINADOS À EDUCAÇÃO (PNATE)	406.875,00	
(=) TOTAL BRUTO APLICADO EM EDUCAÇÃO	29.011.912,52	26,07
(-) RESTOS A PAGAR SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	-	0,00
(=) VALOR LÍQUIDO APLICADO EM EDUCAÇÃO	29.011.912,52	26,07
RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO (LIQUIDADO)	2.431.696,80	
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (2.766.249,05 - 28.844,59)	2.737.404,46	
Restos a Pagar sem Disponibilidade Financeira	(305.707,66)	
FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
<i>Itaituba (PA), 31 de dezembro de 2018.</i>		

No que concerne à determinação Constitucional, acima enumerada, e conforme demonstrado no quadro acima, comprova-se que o governo cumpriu a exigência Constitucional. Foi aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino público a cifra de **R\$ 29.011.912,52 (Vinte e nove milhões, onze mil, novecentos e doze reais cinquenta e dois centavos)**, que corresponde a **26,07%** das receitas de impostos e transferências Constitucionais e legais.

21. DA ARRECAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB

O demonstrativo dos valores recebidos e aplicados do FUNDEB está assim detalhado no quadro abaixo:

DEMONSTRATIVO DO FUNDEB LEI Nº 11.494/2007	
EXERCÍCIO DE 2018	
DESCRIÇÃO	VALOR
SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	98.354,40
RECEITA DO FUNDEB NO PERÍODO	88.548.054,35
RECEITA DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO DO FUNDEB	84.941,03
TOTAL DE RECURSO NO PERÍODO	88.731.349,78



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

VALOR PAGO NO PERÍODO	VALOR	(%)
DESPESAS COM REM. DO MAGISTÉRIO 60%	63.463.963,27	71,52
RESTOS A PAGAR E DESPESAS EXTRAS ORÇAMENTÁRIAS		0,00
DESPESAS LÍQUIDAS COM REM. DO MAGISTÉRIO (60%)	63.463.963,27	71,52
DEMAIS DESPESAS DA MANUTENÇÃO DO MDE 40% (29.538.498,22 - CONTRA - PARTIDA R\$ 3.275.887,22 - REC. CONVÊNIO R\$ 528.715,35)	25.733.895,65	29,00
RESTOS A PAGAR E DESPESAS EXTRAS ORÇAMENTÁRIAS	462.389,18	0,52
DESPESAS LÍQUIDAS COM REM. DO MDE (40%)	25.271.506,47	28,48
SALDO P/ PROXIMO EXERCÍCIO 60%	1.846,80	0,002
SALDO P/ PROXIMO EXERCÍCIO 40%	26.789,36	0,03
SALDO DO FUNDEB PARA O EXERCÍCIO 2019	28.636,16	0,032
TOTAL DE RECURSOS UTILIZADOS NO EXERCÍCIO	88.735.469,74	100,00

LEI Nº 11.494/2007 - LEI DO FUNDEB

ART. 60, XII DA ADCT DA CF/88 E Art. 22. Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos **anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.**

No exercício de 2018, o fundo recebeu incluindo saldo do exercício anterior, os rendimentos da aplicação financeira e os recursos transferidos a monta de **R\$ 88.731.349,78 (Oitenta e oito milhões, setecentos e trinta e um mil, trezentos e quarenta e nove reais e setenta e oito centavos)**, desta monta foi aplicados na remuneração do Magistério o valor líquido correspondente a **R\$ 63.463.963,27 (Sessenta e três milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, novecentos e sessenta e três reais e vinte e sete centavos)**, correspondendo a **71,52%** dos recursos. Portanto cumprindo assim com o disposto no art. 22, da Lei nº 11.494/2007 (Lei do FUNDEB).

Com a manutenção e desenvolvimento da educação, foi aplicado o montante da ordem de **R\$ 25.271.506,47 (Vinte e cinco milhões, duzentos e setenta e um mil, quinhentos e seis reais e quarenta e sete centavos)**, equivalente a **28,48%**, restando um saldo em conta bancária para 2019 da ordem de **R\$ 28.636,16 (Vinte e oito mil, seiscentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos)**, todo ele comprometido com restos a pagar processados para o exercício seguinte.

Assim sendo, a Gestão cumpriu com os mandamentos legais, emanados pela legislação antes citada.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

22. DOS GASTOS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO.

O demonstrativo abaixo reflete com exatidão os gastos com pessoal dos Poderes:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL (LRF. ART.55, INCISO I, alínea 'a', ANEXO I)		
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	REMUNERAÇÃO EM 12 MESES (R\$)	%
CÂMARA MUNICIPAL	5.021.268,17	2,10
TOTAL DA CÂMARA	5.021.268,17	2,10
PODER EXECUTIVO	143.297.675,37	59,91
TOTAL DO EXECUTIVO	143.297.675,37	59,91
TOTAL DE DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL EXECUTIVO E LEGISLATIVO	148.318.943,54	62,00
RESUMO		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	239.192.813,34	% S/RCL
PESSOAL E ENCARGOS E SOCIAIS EXECUTIVO	143.297.675,37	59,91
LIMITE PRUDENCIAL 95% DO LIMITE LEGAL DE 54%	122.705.913,24	51,30
LIMITE LEGAL 54%	129.164.119,20	54,00
VALOR A SER AJUSTADO PARA ATINGIR O LIMITE LEGAL	14.133.556,17	5,91
ITAITUBA (PA), 31 DE DEZEMBRO DE 2018.		

Com base na tabela acima, verifica-se que o Poder Legislativo teve gastos com despesa de pessoal de **2,10%** em relação à receita corrente líquida. No entanto o poder Executivo não teve como não extrapolar o percentual máximo legal, os gastos com pessoal atingiram o percentual de **59,91%**.

23. DAS LICITAÇÕES, CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS.

O relatório das licitações realizadas e executadas está sendo apresentadas em anexo ao presente relatório, devidamente discriminado por modalidade de Licitação.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

Com base na documentação analisada, foi constatado que os processos licitatórios apresentados a este Controle Interno atendem as exigências da Legislação pertinente.

24. DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E EQUIPE DE PREGOEIRO

Durante o período em referência foi nomeada a equipe de pregoeiro através da Portaria nº 1.333/2017 em anexo - contendo 01 (um) pregoeiro e 03 (três) auxiliares.

A comissão de Licitação foi constituída através da Portaria nº 10/2018 em anexo - composta de 01 (um) Presidente e 02 (dois) membros.

Após análise dos Atos mencionados verificamos que a composição de se membros cumpri com as exigências do (art. 51, da lei nº 8.666/93), que a composição dos colegiados deve ser composta de no mínimo 03 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

25. DA RELAÇÃO DAS OBRAS EXECUTADAS DURANTE O EXERCÍCIO

Embora esta Controladoria tenha solicitado a relação atualizada e a situação Física dos Investimentos em Obras realizadas até o final do exercício de 2018, até a conclusão dos trabalhos de fechamento deste relatório o órgão competente não apresentou as informações, logo ficou prejudicado esse item.

26. DA TRANSFERÊNCIA DA QUOTA CONSTITUCIONAL À CÂMARA MUNICIPAL

Foi repassado a título de transferência à Câmara Municipal durante o exercício de 2018, o montante de **R\$ 6.647.836,61 (Seis milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, oitocentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavo).**

Constatou-se que o valor repassado, ficou bem abaixo do limite máximo definido pelo art. 29-A, I da CF/88.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

27. DA RELAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO PODER EXECUTIVO

Da mesma forma que aconteceu com as informações do item “25”, o órgão competente não nos encaminhou as informações acontento.

28. DO IMOBILIZADO (BENS DE NATUREZA PERMANENTE)

Conforme documentos do setor de patrimônio em anexo, o levantamento e controle dos bens estão em fase de execução, no entanto até a conclusão deste relatório não estava concluído o inventário completo de todos os bens móveis e imóveis, ficando desta forma prejudicada, não sendo possível o parecer conclusivo sobre o patrimônio do Município. Sendo possível apenas o comparativo acumulado dos bens entre os exercícios de 2017 e 2018, conforme planilhas abaixo discriminadas:

APURAÇÃO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS			
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO DE 2017	EXERCÍCIO DE 2018	SALDO ACUMULADO 2018
Bens Móveis	3.590.361,02	2.337.734,71	9.032.641,22
Bens Imóveis	9.561.969,02	27.015.929,83	33.473.353,36
TOTAL GERAL	13.152.330,04	29.353.664,54	42.505.994,58

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme já explicitado, os relatórios de bens apresentados constam apenas os bens móveis, não foi realizado em 2018 o inventário completo dos bens imóveis, foi apresentado ao controle interno apenas relatórios fragmentados de órgãos do Poder Executivo, sem credibilidade no sentido de avaliação e especificação.

Este controle interno requereu da administração ações imediatas e efetivas para um levantamento rigoroso, composto de recadastramento de bens móveis e imóveis com avaliação, reavaliação e localização de cada bem patrimonial e seu devido tombamento.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

29. DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELO PODER EXECUTIVO

A administração realizou audiência pública de prestação de contas com a população do Município no Plenário da Câmara Municipal, acada encerramento de quadrimestres, fato que pode ser comprovado através de documentos anexos ao presente relatório.

30. DAS RECOMENDAÇÕES DA CONTROLADORIA INETERNA DO PODER EXECUTIVO

Na condição de responsável pelo Controle Interno do Município de Itaituba, Estado do Pará, apresentamos o Relatório e Parecer sobre as observações realizadas no período correspondente ao exercício financeiro de 2018, em conformidade com o previsto em Lei:

1. Destaca-se, inicialmente, que o Controle Interno do Município foi instituído pela Lei municipal nº 1.787/2005, de 29/03/2005.

2. O Controle Interno desenvolveu suas atividades de forma diária, sendo que todos os procedimentos adotados foram no sentido de orientação à administração sobre as normas e procedimentos corretos objetivando de priorizar os serviços de interesse públicos, através de rotinas de auditoria, da forma como foram desenvolvidos os trabalhos.

Em toda verificação realizada pelo Controle Interno, foram emitidos relatórios e recomendações e enviadas ao Prefeito Municipal e às Unidades Administrativas. As recomendações visaram sanar possíveis irregularidades ou impropriedades administrativas detectadas, entre as enúmeras recomendações feitas destacam-se as abaixo alencadas:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

Recomendação: 001/2018– Foi recomendado que fossem adotadas as providências necessárias ao adequado acompanhamento da execução orçamentária e financeira, sobretudo quanto ao disposto no artigo 9º da LRF, em especial quanto ao estoque da dívida pública do Município. No tocante ao equilíbrio financeiro, ficou comprovado que especificamente em 2018, o Governo conseguiu cumprir com o equilíbrio financeiro, haja vista, que os restos a pagar liquidados que geram obrigação de pagamento para o poder público está devidamente comprovados o lastro financeiro suficiente para honrar os pagamentos. Tanto, que no exercício e questão se apresenta com superávit positivo, conforme o resultado apontado no item “14”, do presente relatório. Entretanto, o resultado negativo acumulado apontado no item “15”, deste relatório é reflexo das dívidas do Município, acumuladas ao longo do tempo de sua existência.

Recomendação: 002/2018– No que tange aos condicionantes legais, constatou-se que quase todos foram cumpridos excetuando-se quanto o limite máximo de gastos com pessoal. Mas é importante enfatizar, que o não cumprimento, deve-se em função de vários fatores, em especial da crise econômica que ainda atinge o país, fazendo com que provocasse uma redução brusca da arrecadação Municipal, e que por conta da fixação do piso nacional dos professores e reajuste do salário mínimo nacional e contratação de pessoal para atender exigências de programas do Governo Federal mesmo mantendo um quadro de pessoal extritamente reduzido, o suficiente para funcionar a estrutura administrativa, mesmo assim não foi possível atender o limite mínimo de pessoal determinado em lei. Fato que vem ocorrendo com quase a totalidade dos municípios Brasileiros.

Nesse sentido, estudos realizados pela Confederação Nacional dos Municípios, bem como por outros institutos, demonstram que o percentual máximo de 54% atribuídos aos poderes executivos municipais, imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não mais atende a realidade dos municípios, fato que está inclusive a tempos sendo discutidos no Congresso Nacional, mas que até o momento não deliberou finalmente sobre tema.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

Diante da inércia do Congresso Nacional e, mediante a seriedade da matéria, os Tribunais de Contas vem estudando formas de como julgar as contas das prefeituras diante do não cumprimento do dispositivo legal em comento, por que rejeitariam quase a totalidade das contas dos executivos municipais, situação esta que vem requerendo o bom censo das Cortes de Contas pelo Brasil inteiro.

Recomendação: 003/2018– Dotar o setor de tributos para processar o lançamento, cobrança e arrecadação de impostos, taxas e contribuições, para que se possa auferir com precisão os lançamentos, pagamentos, baixas e saldos a pagar para efeito de inscrição dos créditos tributários e não tributários em dívida ativa dentro do prazo legal, para posterior cobrança e execução dos créditos em favor da fazenda pública municipal, evitando desta forma o instituto da prescrição do crédito tributário. Nesse diapasão, constatamos que o governo deu início nos procedimentos de recuperação dos créditos em favor da Fazenda Pública Municipal no exercício de 2018, no entanto, os melhores resultados irão ser comprovados nos exercícios seguintes, tendo em vista que depende muito da justiça.

Recomendação: 004/2018– Concentrar esforços no sentido de concluir o inventário dos bens patrimoniais dos bens imóveis, buscando assim o devido tombamento, avaliação e registro em sistema próprio que possa controlar de forma eficiente o patrimônio público, já que este trabalho de registros esta acontecendo apenas em relação aos bens móveis.

31. DA CONCLUSÃO DO RELATÓRIO

No exercício de 2018, com base na documentação e procedimentos operacionais analisados, bem como com espeque nos relatórios simplificados que recebemos de cada órgão Municipal, foram feitas algumas recomendações ao Chefe do Poder Executivo que adotou e deverá ainda adotar as providências para aprimorar ainda mais a correção de atos e procedimentos, evitando possíveis desperdícios ou ilegalidades na gestão dos recursos da Prefeitura Municipal de ITAITUBA, embora tenha-se avançado bastante nesta área, nos dois últimos anos.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO

Destaca-se por fim, no que tange os trabalhos da Unidade de Controle Interno, que todas as atividades desenvolvidas nas unidades administrativas e recomendações feitas aos Gestores, encontram-se arquivadas e disponíveis no portal da transparência da Prefeitura para análise dos órgãos de Controle Externo, assim como por parte de qualquer cidadão.

É o parecer e relatório.

S.m.j.

Itaituba (PA), 16 de março de 2018.

Alex Roberto de Araújo Lima
Controlador Interno
Decreto nº 060/2018